



ACÓRDÃO Nº914/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12163/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Canutama.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Joelia da Silva Almeida (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Antônio das Chagas Ferreira Batista – OAB/AM 4177, Patrícia Gomes de Abreu – OAB/AM 4447, Fabrícia Taliéle Cardoso dos Santos – OAB/AM 8446, Adrimar Freitas de Siqueira – OAB/AM 8243, Eurismar Matos da Silva – OAB/AM 9221 e Ênia Jessica da Silva Garcia - OAB/AM 10416.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3020/2021-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Canutama. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Canutama, sob a responsabilidade da **Sra. Joelia da Silva Almeida**, Presidente no exercício de 2019, pelas restrições 12, 13, 15, 18, 19, 23, 24, 28 do Relatório Conclusivo nº 66/2021-DICAMI (fls. 1236/1282), nos termos do art. 22, inciso II da Lei nº 2423/96.
- 10.2. **Aplicar Multa à Sra. Joelia da Silva Almeida**, Presidente da Câmara Municipal de Canutama, no exercício de 2019, no valor de **R\$ 3.413,60** (Três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), pelo atraso no envio dos Relatórios de Gestão Fiscal, no 1º e 2º semestres de 2019, sendo o valor de R\$ 1.706,80 por semestre, conforme a restrição 13 do Relatório Conclusivo nº 66/2021-DICAMI (fls. 1236/1282), impropriedade também elencada no Relatório/Voto, com base no art. 308, I, "c" da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.
Fixar **prazo de 30 dias** para que a responsável recolha o valor da multa, mencionado no item acima, na esfera Estadual para o órgão Fundo de



ACÓRDÃO Nº914/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Aplicar Multa à Sra. Joelia da Silva Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Canutama, no exercício de 2019, no valor de **R\$ 8.534,00** (Oito mil, quinhentos e trinta e quatro reais) pelo atraso no envio dos balancetes mensais de Janeiro a Maio de 2019, sendo o valor de R\$ 1.706,80 por mês de competência, conforme a restrição 15 do Relatório Conclusivo nº 66/2021-DICAMI (fls. 1236/1282), impropriedade também elencada no Relatório/Voto, com base no art. 308, I, “a” da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.

Fixar **prazo de 30 dias** para que a responsável recolha o valor da multa, mencionado no item acima, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;



ACÓRDÃO Nº914/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.4. Aplicar Multa à Sra. Joelia da Silva Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Canutama, no exercício de 2019, no valor de **R\$ 5.000,00** (Cinco mil reais) pelas restrições 12, 19, 23, 24, 28 do Relatório Conclusivo nº 66/2021-DICAMI (fls. 1236/1282), impropriedades também elencadas no Relatório/Voto, com base no art. 308, VII da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.

Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no item acima, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.5. Recomendar ao atual gestor da Câmara Municipal de Canutama no sentido de:

- 10.5.1.** Adequar o regramento de controle interno aos moldes da Resolução n. 09/2016 – TCE/AM;
- 10.5.2.** Observar os atestos de recebimento dos materiais/serviços nas notas fiscais, sob pena de sanção por reincidência prevista no art. 308, IV, “b” da Resolução n. 04/2002 – TCE/AM;
- 10.5.3.** Alimentar devidamente o portal de transparência em atendimento ao que reza a LC n. 131/2009.

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de Agosto de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº914/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral